



# Anais da Assembleia

Nº 94

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 88.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1983

(Segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Acir Mezzadri e José Antônio Fonseca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57), achando-se em licença o sr. deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação a ata que acaba de ser lida.

O SR. WERNER WANDERER — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela Ordem) Sr. presidente, requeiro chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos srs. deputados.

(É procedida a chamada nominal dos srs. deputados). 24 srs. deputados responderam à chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Em votação a ata. Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. EMILIO HENRIQUE GOMES, ocorrido na cidade de Céu Azul - Pr., nesta data.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Emílio Henrique Gomes foi, sem sombra de dúvida, uma das maiores expressões políticas do Oeste paranaense.

Pioneiro da cidade de Céu Azul, foi um dos principais articuladores para a emancipação política daquele município, tendo sido o seu primeiro prefeito municipal.

Foi também prefeito municipal de Foz do Iguaçu, tendo sido eleito.

Seus trabalhos em prol daquela região foram de tanta importância, que duas cidades têm em sua bandeira uma estrela que é para homenageá-lo. São elas: Céu Azul e Medianeira.

Atualmente era o presidente do Diretório Municipal do PDS de Céu Azul.

Industrial do ramo madeireiro.

Com o seu falecimento, fica um grande vazio na vida política daquela região, onde por tantos anos o senhor Emílio Henrique Gomes deu tanto de si para o Oeste paranaense, procurando fazer com que a nossa região tivesse no contexto nacional, a importância que hoje tem.

Requer outrossim, o envio de cópia do presente à família enlutada, à Câmara Municipal e ao Diretório Municipal do PDS de Céu Azul, Pr.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserida na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. ZYRES NATAL REGINATO FERNANDES, Secretário do Rotary Club, ocorrido no dia 27 de agosto de 1983, nesta Capital.

Por tratar-se de pessoa de grande estima, seu falecimento, aos 69 anos, deixa profundo pesar por ter sido destacado ao longo de sua vida, à maneira correta de atuar como um profissional de respeito e dignidade e ainda como um legítimo companheiro dentro do extenso número de amigos que o cercava.

Requer ainda seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhorita ANNE LYSLE BORTOLETTO. A extinta era filha do sr. João Antônio Bortoletto e da senhora Clair Fávaro Bortoletto, pessoas bem relacionadas no Município da Lapa. Requeiro também à Mesa desta Casa, que se dê ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do dr. Agílio de Leão Macedo, ocorrido ontem nesta capital. O extinto era sogro do sr. João Elísio Ferraz de Campos, vice-Governador do Estado.

Requerem, outrossim, a constituição de uma comissão representando esta Casa, ao féretro que sairá da Capela da Glória, às 17 horas de hoje.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.983.

(aa) ANIBAL KHURY e  
NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. OSVALDO SAMPAIO, Secretário do Diretório Municipal do PMDB de Tomazina, ocorrido ontem, em desastre automobilístico.

Requer outrossim, que a decisão da Casa seja levada ao conhecimento dos familiares.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 41.º aniversário da Fundação da Legião Brasileira de Assistência.

Requer outrossim, que da decisão seja dado conhecimento aos Diretores da referida entidade.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A Legião Brasileira de Assistência - LBA, órgão responsável pela Assistência Social do Governo Federal, surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, quando prestava assistência às famílias dos "Pracinhas".

Tendo sido transformada há quatorze anos em Fundação, hoje é órgão integrante do Ministério de Assistência e Previdência Social - MPAS.

A LBA, como é do conhecimento dos senhores parlamentares, constitui um constante elo de ligação entre os que produzem e os que necessitam, sendo ela representante autêntica do verdadeiro interesse do governo, cuja meta é o ser humano.

Só no Paraná, cerca de 25.000 crianças são beneficiadas pelo Projeto Casulo, num investimento aproximado de Cr\$ 778.000.000,00 incluindo aí assistência direta e indireta prevista no projeto.

A LBA, não só dá como também educa, isto através da divisão e educação para o trabalho. A LBA não ficou só na Capital, interiorizou-se, levando até os mais longínquos municípios do Paraná, através de trinta e um centros sociais e setenta núcleos de voluntariados a assistência social e a reabilitação do idoso e do excepcional.

Hoje, sobre firme administração do dinâmico Dr. Edson Roberto Correia Camargo, a Legião Brasileira de Assistência Paranaense, demonstra o firme propósito de servir cada vez mais.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,

seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador, pedido de informações encarecendo respostas aos seguintes quesitos:

1. No período compreendido entre março a julho do corrente ano, qual o saldo médio de cada empresa da administração direta e de cada secretaria de Estado em bancos particulares, discriminado por banco?
2. Qual a média de aplicações financeiras na rede privada destas mesmas secretarias no período especificado no item um?
3. Quais as empresas de administração indireta ou secretarias que mantiveram contas no BCC no período de março a junho de 1.983 e qual o saldo médio dessas contas?
4. Qual a média de aplicações financeiras na rede estatal de bancos no período compreendido entre março e julho do corrente ano?
5. Qual o volume de aplicações nesse período por parte da Copasa, Fundação Copel, Fundação Sanepar em títulos da Coroa-Brastel e em que outros papéis existiam aplicações?
6. Se existem subsídios por parte da administração direta ou indireta para as Fundações Copel e Sanepar, e qual o seu montante?

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à excelentíssima senhora Diretora Superintendente Lilian Wachowicz, da Fundação Educacional do Estado do Paraná - Fundepar, no sentido de viabilizar estudos para liberação de verba ao Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Ubatã.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Após as eleições em todos os estabelecimentos educacionais de nível médio, no dia 17 de junho na Rede Estadual, verificou-se que tal pleito, fez que os votantes (professores, funcionários e estudantes) escolhessem diretores que efetivamente estivessem comprometidos com mudanças educacionais, muitos dos quais contidos no programa de governo do PMDB.

Neste sentido, dadas as condições existentes em inúmeras escolas, faz-se necessário colocar como meta prioritária à restauração sistemática de ensino deste Estado. No município citado, tal conjuntura enquadra-se à necessidade, que se torna imprescindível, de dotar o Colégio Carlos Gomes, de instrumentos capazes de dar uma maior formação aos alunos. Assim especificamente e com relação aos cursos profissionalizantes do Magistério, Técnico em Contabilidade e Auxiliar de Patologia Clínica, faz-se indispensável salas próprias para Laboratório e Escritório Modelo, visando também benefícios aos alunos do primeiro grau.

De iniciativa do Sr. Lauro Hryniewicz, tal medida viria beneficiar bastante o Colégio, que se viu bastante prejudicado frente à nova tabela de Contribuições Comunitárias, isentando elevado número de alunos carentes, o que diminuiu a arrecadação, tornando-se difícil se não impossível, a aquisição de indispensáveis materiais escolares que abaixo relacionamos:

- . 02 máquinas de escrever
- . 02 máquinas de somar
- . 100 carteiras
- . 15 escrivaninhas para as salas de aula
- . 02 arquivos de aço
- . 06 cadeiras estofadas
- . 06 armários de cozinha
- . 06 caldeirões para cozinha

- 03 baldes para limpeza
- 01 mimeógrafo a álcool
- 01 mimeógrafo a tinta
- material normal de consumo tal como: giz, papel sulfite, cera, desinfetante, papel higiênico, canetas, borrachas, lápis stencil a tinta, stencil a álcool e tinta para mimeógrafo.

Temos a certeza que, as medidas tomadas pela Excelentíssima senhora superintendente da Fundepar, virão beneficiar e em muito os estudantes do Colégio Carlos Gomes, bem como toda a população do município de Ubiratã.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado a Sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, expediente encarecendo a necessidade de construção de uma estrada asfaltada entre União da Vitória, Porto Vitória e Cruz Machado, cujo traçado venha evitar problemas de enchentes no Rio Iguaçu, construindo-se uma ponte sobre o rio Iguaçu para ligar com o município de Cruz Machado.

A presente reivindicação tem um sentido altamente social e humano e visa reparar a grande injustiça ao município de Porto Vitória bem como aos de Cruz Machado e Bituruna, que também serão beneficiados, os quais não têm merecido a atenção do poder público nos últimos anos. Nada mais justo, portanto, que o governo contemple essas comunidades tão duramente castigadas pelas últimas enchentes, com uma nova estrada que venha a oferecer um meio de transporte mais seguro e possibilitar o escoamento de sua produção, auxiliando "ipso facto" na sua reabilitação econômica.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a situação calamitosa por que passou e está passando União da Vitória, ilhada que ficou quando das recentes enchentes que assolaram o Estado do Paraná, e considerando que nessa ocasião ficou constatada a vulnerabilidade daquele prestigioso município paranaense aos efeitos de catástrofes desta natureza, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor governador do Estado, o mais veemente apelo desta Assembléia no sentido de que se determine aos órgãos competentes do Poder Executivo a elaboração dos estudos necessários, a posterior construção de uma nova ponte de acesso à sede do município de União da Vitória, tendo em vista que as atuais ligações através do rio Iguaçu foram abaladas com o furor das águas durante os terríveis dias que durou a excepcional enchente deste ano.

Para que tal situação não mais se repita, e para que a população daquela cidade não volte, em ocasiões futuras, a depender de helicópteros e barcos para o atendimento de condições mínimas de sobrevivência, uma nova ponte de acesso a União da Vitória deveria estar situada no prolongamento da rua Munhoz da Rocha, passando pelo bairro de São Cristóvão e ligando com a outra margem nas imediações do Hospital Regional Nossa Senhora Aparecida, através de um acesso elevado.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo governador do Estado e

secretário dos Transportes, apelando no sentido de que se agilize a construção asfáltica que liga os municípios de Paula Frontin - Rebouças, numa extensão de 55 km, o que virá beneficiar além destes, os municípios de Mallet e Rio Azul.

Trata-se de uma região pioneira, que progrediu ao longo da estrada de ferro Paraná-Rio Grande do Sul, estando seu traçado incluído na rodovia Transbrasiliana.

Há anos a população daquela região vem reclamando por esta obra, sendo que as administrações anteriores não se preocuparam em atender os reclamos dos munícipes.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo, para que definitivamente seja atendida a reivindicação desta, que é sem dúvida uma das regiões mais pujantes de nosso Estado, e no entanto tão esquecida pelas autoridades.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao senhor presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, através da Secretaria do Interior, encarecendo a necessidade de um estudo para saber qual a causa determinante das enchentes que assolaram o município de Porto Vitória.

Tal solicitação prende-se ao fato de que aquele município foi palco de inédito acontecimento, no episódio das recentes enchentes e, entre as possíveis causas, apontam-se a existência de usinas hidrelétricas ao longo do rio Iguaçu e de rochedos existentes em Porto Vitória que, conforme consta, estariam represando as águas. Para equacionar futuros problemas dessa natureza necessário se faz que a causa seja conhecida.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor diretor presidente da Empresa de Obras Públicas do Paraná (Emopar), no sentido de realizar estudos visando diagnosticar as atuais condições do prédio onde está abrigado o Colégio Carlos Gomes, ensino de primeiro e segundo graus, no município de Ubiratã, a fim de proceder a reformas nas referidas instalações.

As deficiências estruturais, hidráulicas e elétricas, deixam aquele estabelecimento educacional com debilidades que comprometem até mesmo as condições mínimas, no que diz respeito à funcionalidade geral daquele prédio. Neste sentido uma reforma geral supriria esse grave problema.

Por certo, esta reivindicação encontrará a repercussão necessária no Titular da Empresa de Obras Públicas do Paraná, que tomará as providências cabíveis para a solução deste assunto.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, regimentalmente, REQUER, após ouvir o douto Plenário, que seja enviado expediente ao presidente do Banco do Brasil S.A., doutor Osvaldo Collin, encarecendo que o mesmo determine, que a agência do citado banco da cidade de Ubiratã, passe a aceitar os pedidos de financiamentos dos agricultores e comerciantes do município de Altamira do Paraná, desligando-os da influência

econômica financeira da agência de Pitanga-Pr.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Altamira do Paraná, município recém desmembrado do território de Palmital-Pr., e por isso continua sob influência do Banco do Brasil-Pr.

O município de Altamira do Paraná, tem como base econômica, a agricultura, e por isso depende muito da liberação imediata de recursos do Banco oficial. Porém, vejamos: por se tratar de financiamentos junto ao Banco do Brasil em Pitanga-Pr., os agricultores deparam com entraves inúmeros e quase intransponíveis.

Citamos alguns: a grande distância que separa Altamira do Paraná da sede do Banco do Brasil é de aproximadamente 120 km, ligado por estradas de péssimas condições de tráfego; acompanhado das constantes precipitações pluviométricas que impedem o deslocamento normal.

Considera-se ainda, o grande dispêndio de combustível em função das constantes viagens que os clientes têm que fazer para concretizar os trâmites de papéis.

À guisa de esclarecimentos, anexamos um levantamento sócio-econômico do município, e um mapa demonstrando a localização geográfica de Altamira do Paraná, em relação tanto a Pitanga-Pr., quanto a Ubatã-Pr., cidade que pretendemos, venha ser o polo e financiamento para o lavrador altamirense.

Uma vez que a citada cidade dista apenas 64 km de Altamira do Paraná, sendo que apenas 36 km é de rodovia terrosa, sendo o restante asfalto (PR 239 - BR 369).

Face ao exposto e aos documentos que instruímos, justifica-se o nosso pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, que sejam transcritos nos Anais desta Casa de Leis, os documentos anexos, a saber:

1. Nota sobre o projeto ou Acordo Dois, relativo à dívida externa brasileira;

2. Declaração de São Paulo, documentos da Ordem dos Advogados do Brasil, firmados por unanimidade, no Congresso Nacional dessa instituição, realizado em São Paulo de 01 a 04 de agosto próximo passado, nos quais estão expostas opiniões e posições de significativa valia para o momento histórico brasileiro.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 81/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1º — As Comissões Técnicas Permanentes e as especiais constituídas no âmbito do Poder Legislativo, de conformidade com o Título I — Capítulo V do Regimento Interno, poderão solicitar o concurso de assessoramento especializado em caráter permanente ou temporário, ou a colaboração de funcionários habilitados, a fim de elaborar ou executar trabalhos de natureza técnica ou científica, condizentes com as suas diferentes atribuições ou competência.

Art. 2º — Os trabalhos das Comissões Técnicas Permanentes ou Especiais, poderão contar com a participação de representantes de entidades de classe, de empregadores e empregados, bem como de órgãos representativos de profissionais liberais

de âmbito estadual, devidamente credenciados pela Comissão Executiva.

§ 1º — O presidente da Comissão mediante comunicação à Comissão Executiva, proporá sobre as entidades que participarão nos trabalhos junto à referida Comissão, bem como sobre o seu credenciamento.

§ 2º — A Comissão Executiva, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta resolução, baixará Decreto Legislativo regulamentando as normas para o credenciamento de que trata o presente artigo.

§ 3º — O credenciamento para a participação nos trabalhos previstos neste artigo, não acarretará quaisquer ônus para o Poder Legislativo.

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: Artagão Mattos Leão, Adhail Sprenger Passos, José Antônio Fonseca, Edmar Luiz Costa.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição pretendemos estabelecer uma nova dimensão nas funções legislativas, proporcionando a participação atuante de certos segmentos de nossa sociedade nos trabalhos das Comissões bem como do próprio Poder Legislativo.

A participação das entidades de classes junto às Comissões, representarão a vinda de sangue novo aos trabalhos desta Assembléia, carreando o pensamento atualizado da Sociedade Civil paranaense em legislação de interesse da nossa comunidade.

Tal participação já é utilizada amplamente em outras assembléias brasileiras, com grande proveito para as atividades parlamentares.

As Comissões Técnicas, órgão de grande importância para o nosso Poder, se ressentem muitas vezes de um assessoramento mais efetivo, com conotações que retratem as exigências atuais, a fim de que o seu trabalho possa estar voltado, para atingir aos verdadeiros anseios da nossa população.

As entidades de classe através de seus representantes traçam, sem dúvida alguma, valiosa contribuição para que o legislador, em contato direto com todos os níveis da nossa comunidade, possa receber as informações necessárias e assim aplicá-las na elaboração de leis que efetivamente demonstrem o interesse público.

Será, também, mais um canal de comunicação entre o Poder Legislativo e a nossa sociedade, que atualmente se ressentem de meios diretos para fazer chegar ao Poder Público suas justas reivindicações.

Com essa intenção é que levamos à consideração dos nobres Pares o presente projeto de resolução.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 126/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Centro Espírita Paz, Amor e Luz", com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço está perfeitamente adequada aos preceitos da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, conforme bem demonstra a documentação em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor presidente, senhores deputados.

Acabamos de ouvir a leitura por parte do deputado, 1º Secretário da Casa, de requerimento de nossa iniciativa, pretendendo transcrever nos Anais da Casa, dois documentos firmados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Documentos estes, extraídos em recente Congresso Nacional dessa instituição de classe e que tratam de problemas de alta relevância para realidade brasileira.

O primeiro deles, senhor presidente, é uma nota do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com relação à dívida externa brasileira e eu leio, senhor presidente, porque melhor do que as minhas palavras, dirão por si da importância deste documento o seu próprio texto. (Lê):

"O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido em sessão plenária em São Paulo, no dia 1º de agosto último, apreciando o instrumento jurídico denominado "Projeto ou Acordo Dois", integrante da renegociação da dívida externa brasileira, resolveu, à unanimidade:

1. Denunciar à Nação que esse Acordo, firmado com credores estrangeiros, contém grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada no seu texto mediante cláusulas que submetem sua execução à legislação de um Estado norte-americano, sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, suas prerrogativas de País independente.

2. Conclamar a todos os segmentos da nacionalidade a um profundo questionamento crítico desse acordo financeiro e de quaisquer outros, que contenham o mesmo vício essencial, visando à sua revisão para restaurar a dignidade nacional por eles violada.

3. Suscitar a inconstitucionalidade desse Acordo Dois, à vista não só da séria ofensa à soberania nacional, mas também de outros aspectos de ilicitude apontados em discussão plenária.

4. Reserva-se o direito de, oportunamente, recomendar a adoção de outras providências de ordem judicial, inclusive ação popular, que possam anular, como lesivos aos altos interesses da Nação, as cláusulas questionadas como ilícitas ou atentatórias da soberania nacional.

São Paulo, 1º de agosto de 1983.

(a) MÁRIO SÉRGIO DUARTE GARCIA  
Presidente.

Referente à decisão adotada pelo Conselho Federal no Processo CP. nº 2.843/83, em sua reunião plenária, em São Paulo, no dia 1º/08/83."

Outro documento, senhor presidente, senhores deputados, é uma declaração do mesmo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, retirado do mesmo Congresso - DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO: (Lê):

"A Ordem dos Advogados do Brasil convocou e reuniu em São Paulo, de 1.º a 4 de agosto de 1983, o Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte.

O momento dessa retomada da pregação em favor da convocação da Assembléia Nacional Constituinte não deve levar à conclusão precipitada, e por muitos assoalhada, de alheamento dos advogados às angústias e à perplexidade de toda a Nação, diante da mais grave crise econômica e social de sua História. Ao contrário: essa proclamação solene da urgência da institucionalização democrática do País, mediante o exercício do poder constituinte inalienável de seu povo, constitui um imperativo que a reflexão sobre a hora dramática fez inadiável. A ele não pode fugir, uma vez mais, a entidade dos advogados, à qual a lei e a tradição de lutas impuseram o dever de contribuir para o aperfeiçoamento da ordem jurídica e a afirmação permanente

dos valores da convivência democrática.

A crise torna inequívoca para todos os brasileiros de boa fé, inclusive para os que participam do sistema de forças dominante, a falência definitiva e irreversível da proposta de governo do regime autoritário. E desfez com isso todos os mitos com que se buscou justificá-lo, na falta de legitimação popular.

Em nome da obsessão com a segurança nacional, constrangeu-se a sociedade civil à submissão; reprimiram-se as manifestações mais legítimas das reivindicações populares; oprimiram-se, por muito tempo, todas as liberdades. Mas, o fruto colhido hoje é, externamente, o comprometimento progressivo da própria soberania do País, oferecida à banca dos credores internacionais e, internamente, à insegurança generalizada de todos os setores da sociedade, até dos antes privilegiados do modelo econômico imposto, a ponto de fazer temer a convulsão gerada pela desesperança.

À suposta eficácia dos governos autocráticos para promover o desenvolvimento, sacrificaram-se, com o despojamento de poderes do legislativo, todas as vias de participação e influência da representação popular nas opções da política econômica. Centralizou-se o poder decisório todo nas mãos da tecnocracia arrogante. O resultado, ao fim de duas décadas de agravamento insuportável da iniquidade da concentração de rendas, é não só a humilhante insolvência internacional, mas sobretudo a combinação de inflação com recessão, e todo o séquito perverso de desemprego e miséria.

Nesse quadro, já não basta esperar por novas concessões liberalizantes do processo de abertura política, que deixou intocada a essência do autoritarismo. O maior passo dado, a eleição direta dos governadores, frustrou-se, como era facilmente previsível, ante a evidência de que nenhum poder real sobrou aos Estados.

Agora, a exigência há de ser a de democratização efetiva. As decisões fundamentais sobre o futuro da Nação não podem continuar entregues ao desgoverno crescente da tecnocracia, sob o manto de irresponsabilidade política que lhe propiciou o autoritarismo de base militar.

A solução para o descabro não será encontrada nos arranjos entre setores de cúpula, sob o temor pânico da reação popular. "O grande problema atual do poder" — dissemos na declaração de Manaus, em 1980 — "é um problema de legitimidade. Não há poder legítimo sem consentimento do povo. Os advogados brasileiros afirmam que falta legitimidade ao poder institucionalizado em nosso País."

A única conciliação possível, necessária e já agora inadiável, é a que se faça para devolver-se finalmente à Nação o exercício pleno do poder constituinte que é seu. A reordenação democrática do País, de certo, não é panaceia que nos liberte, num passo de mágica, da dramática falência da empresa autoritária.

Mas só uma nova Constituição, nascida de um compromisso democrático de toda a Nação representada em Assembléia Constituinte, poderá ungir de legitimidade o governo que, diretamente eleito, venha a receber do povo não só os instrumentos da força estatal, mas, com eles, a autoridade consentida para reclamar-lhe os sacrifícios necessários ao reerguimento do País caído.

Nos painéis do Congresso Nacional Pró-Constituinte, discutimos, os advogados, com a contribuição de expoentes qualificados de outras áreas do pensamento, grande número de temas envolvidos na tarefa de elaboração constitucional, que cremos avizinhar-se. Recolheu a contribuição, que em seu tempo dará, para que a futura Constituição traduza não apenas a fonte formal de legitimação democrática aos Poderes do Estado, mas também a fonte substancial das bases jurídicas sobre as quais se possa construir, num País menos dependente, uma sociedade mais livre e, sobretudo, menos iníqua, sabemos, os advogados, que não se erige com estabilidade um Estado de

Direito, para a proteção das liberdades fundamentais, que nos são tão caras, sobre a miséria sem esperanças da imensa maioria.

Não se pretendeu, porém, extrair deste Congresso um modelo acabado de Constituição, que oferecéssemos ao povo como o melhor. Ao contrário dos autocratas, os advogados não se arrogam um papel de tutela sobre a Nação. A Constituição democrática que aspiramos há de nascer da livre manifestação de todos os interesses conflitantes, à busca de um compromisso equânime de convivência.

Estamos convencidos de que está próxima a Assembléia Nacional Constituinte. À sociedade civil toca mobilizar-se para conquistá-la. Aos poderes políticos cabe encontrar o caminho pacífico de realizá-la. Para sua convocação, qualquer instrumento politicamente eficaz será legítimo, na medida em que conduza à reconquista inadiável da legitimidade perdida pelo Estado.

(a) MÁRIO SÉRGIO DUARTE GARCIA  
Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, para cumprimentar o ilustre deputado José Antônio Fonseca do PMDB, representante ao nosso lado, nesta Casa, da região oeste paranaense, o cumprimento, em nome de ponderável parcela do oeste paranaense, por suas últimas declarações, com referência ao processo sucessório de Foz do Iguaçu.

O PMDB tem feito na região oeste paranaense, mais especificamente nos municípios considerados Área de Segurança Nacional, manifestações contrárias à nomeação de prefeitos municipais, por parte do senhor governador do Estado, com a aquiescência do senhor presidente da República.

Dizia o PMDB, no que também o PDS é favorável, que devemos ter o mais urgente possível, eleições diretas, para a escolha dos nossos governantes a nível municipal. E, dias atrás, ao chegar em Foz do Iguaçu, havia um palanque armado em praça pública, com a presença do deputado Sérgio Spada, da maioria dos senhores vereadores do PMDB, que compõem a Câmara Municipal daquela cidade; pequena parcela da comunidade, mas lá estava alguma representação do povo, quando este deputado foi convocado a subir àquele palanque e subi para dizer, do nosso posicionamento, com referência às eleições indiretas; posicionei-me como meu partido acha, que devemos ter urgentemente, eleições diretas, para a escolha dos nossos líderes.

Entretanto, enquanto perdurar esta situação em que os prefeitos de área de segurança nacional são nomeados, nós do PDS, aceitávamos esta composição.

No mesmo palanque, dizia o deputado Sérgio Spada e seus companheiros de partido, que não aceitavam em hipótese alguma, a indicação de nenhum nome que compõe as lideranças peemedebistas da região oeste para assumir alguma das prefeituras de área de Segurança Nacional.

Entramos em acordo, sob a liderança do governador José Richa, neste episódio, para a nomeação de um Prefeito em Foz do Iguaçu, aceitamos a sua coordenação; e ficou acertado de que os partidos políticos lá existentes - PMDB e PDS, comporiam em comum acordo, uma lista tríplice a ser enviada a Sua Excelência o senhor governador do Estado e ao presidente da República, para nomeação de um Prefeito em Foz do Iguaçu, acordo selado com a presença do governador.

O deputado Sérgio Spada, e vereadores do PMDB de Foz do Iguaçu desfizeram, em seguida, o acordo, dizendo que eles não aceitam nomes para compor esta lista, que tenha um cargo eletivo, mandato dado pelo povo. E o que é conflitante, senhor presidente, senhores deputados, pedem eleições

diretas e vetar em seguida quem voto tem, dado pelo povo. É a população de Foz do Iguaçu achou coerente elogiar e hoje criou prestígio, em Foz do Iguaçu, o deputado José Fonseca, pelas suas declarações compatíveis com a realidade, dizendo que o problema da Prefeitura de Foz do Iguaçu, é um problema do PDS, porque o PMDB não aceita indicações.

José Fonseca nem veta e nem apóia, deixa este caso a ser resolvido com o governador e o presidente da República.

Conseqüentemente, com o partido político do governo federal. Não podia deixar de vir a esta tribuna, dizer a Vossa Excelência, deputado Fonseca, do apreço que Vossa Excelência criou com a população de Foz do Iguaçu, tanto do seu partido como do meu partido. É o que eu queria deixar expresso desta tribuna, e nos Anais da Casa a Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, senhor deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, Amelinha.

Na semana passada, lendo o jornal a "Folha de São Paulo", fiquei estarelecido, senhor presidente, senhores deputados, com uma declaração infeliz do governador Leonel Brizola.

Leonel Brizola que se intitula o mais puro dos brasileiros; o mais autêntico dos brasileiros, blasfemava contra um presidencial chamando-o de imigrante e, que se considerava muito feliz por encarnar a candidatura anti-malufista já que a erade Maluf a que me referia.

Dizia ele que os imigrantes não têm aquele amor natural, aquele amor acendrado, aquele amor elevado ao solo pátrio brasileiro.

Como ele Brizola teria. Confesso que neste caso também sou imigrante, como imigrante também é o governador Richa.

Descendo, meus pais ambos falecidos de libaneses. Dizia Brizola, que o imigrante vem ao Brasil, a outro país, e, se ele não se dá bem aqui, ele pega suas armas, sua bagagem e vai para outras terras, aventurar a vida onde o país ou a cidade for mais pródigo.

Acho que por extrema infelicidade de Leonel Brizola, a ele falta autoridade moral e, eu digo de cátedra, de cadeira, porque, eu era do PTB, me recordo perfeitamente, poucos meses até a revolução de 64, estava eu com o ministro do Trabalho na ocasião Amauri de Oliveira e Silva, no Rio de Janeiro, quando presenciei as barbaridades que o Brizola fazia naquela oportunidade.

Foi ele quem incendiou o regime naquela ocasião, o regime de João Goulart. Foi ele o grande responsável por este estado de coisas que o País hoje atravessa.

Não fosse Brizola, quem sabe, senhor presidente, senhores deputados, quem sabe não teríamos esta revolução que eu tanto abomino, mesmo como deputado, hoje integrante do PDS.

Portanto, o senhor Leonel Brizola, ave de mau agouro, não tem capacidade, não tem condições morais para taxar a mim como a tantos outros imigrantes, porque, ele acha que imigrante, também, é o senhor presidencial, candidato Paulo Maluf.

Quero dizer do meu protesto veemente, porque, não aceito esta colocação feita pelo governador Leonel Brizola.

Ele sim, é um aventureiro. Ele é um mau brasileiro. Se fosse um bom brasileiro o Brasil não estaria nesta situação que está atualmente.

Quero, desta tribuna, com todo o direito que tenho, senhor presidente, senhores deputados, dizer que não faltará oportunidade para que o senhor Leonel Brizola possa ser tão infeliz como ele foi ao fazer aquela declaração à imprensa.

Tanto é verdade, que um deputado federal de São Paulo que não é malufista, ofendeu-se e disse do seu profundo desagrado por esta atitude insólita, deste mau brasileiro que se



chama Leonel Brizola.

Muito obrigado Sr. Presidente. (sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Queria, neste instante, ficarmos solidários com o deputado Nelson Buffara, porque diz o adágio popular: "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta".

Leonel Brizola, um homem que pertencia ao nosso partido. Que traiu o Brasil deixando fitas gravadas, procurando insuflar, naquela época, as gloriosas Forças Armadas de nosso País, dizendo aos sargentos que autorizassem o derramamento de sangue.

Pediria vênias aos nossos companheiros de bom senso, aos nossos ex-companheiros do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, o verdadeiro partido de Getúlio Vargas, que dissesse um basta a este oportunista, a este homem que foi aliado no Brasil pela Revolução de 1964, e que hoje vem como um falso Messias a bajular, a bajular o Presidente Figueiredo, a pedir aos outros Governadores da Oposição, que façam coro como vaquinhos de presépio.

A dizer ao Presidente que eles estão de acordo com as barbaridades de Delfim Netto, de Langoni etc., e companhia.

Dizíamos nós, na voz do deputado Nelson Buffara, que os imigrantes que vieram ao Brasil, como vieram os nossos pais e nossos antecedentes, que têm a honra de ter como Ministro da Justiça, o Ministro Ibraim Abi Ackel que também é filho de imigrante.

Qual a força moral, qual a força que tem o homem de memória fraca como Leonel Brizola, que correu a deixar o País numa comoção, correu de nossa Pátria, deixando apenas fitas gravadas no Palácio Piratini, para que nossos irmãos deflagrassem uma revolução, uma guerra civil no nosso País, que força moral tem esse homem para vir ditar ordens no nosso País, senhor presidente e senhores deputados e muito menos que força moral tem esse homem para falar dos imigrantes.

O que seria do Brasil sem os portugueses, os poloneses, os italianos, os espanhóis, imigrantes de todos os quadrantes, inclusive a raça árabe, que vieram apenas para trabalhar pela nossa terra e pela nossa gente.

Deputado Nelson Buffara aceite a nossa solidariedade e aceite a minha admiração pela sua coragem de dizer um basta a não ser que a revolução de 1964 queria entrar também na falência, querendo dar guarida a um homem como Leonel Brizola, Vossa Excelência, deputado Nelson Buffara, tem o meu respeito.

Senhor presidente, senhores deputados, Paulo Maluf incontestemente há de ser o Presidente da República para dar ao Brasil um exemplo de dignidade dos estrangeiros que vieram aqui desde 1500, tem a égide de Cristo, e peçamos a Deus que o Governo malfadado, vaticinado pelos homens lá de Paris, passe tranqüilo, para que o Brasil saia desta crise, é necessário um homem como Paulo Maluf, que em São Paulo, apesar dos pesares, nada se constatou sobre a sua conduta a não ser aplicar o dinheiro do povo, em benefício do próprio povo!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao senhor deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Na edição de quinta-feira passada, na primeira página e com grande destaque, o conceituado diário "Jornal do Estado" estampou notícia afirmando que o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado retirara do Banestado

Crédito Imobiliário, 400 milhões de cruzeiros que estavam depositados em caderneta de poupança. A notícia foi além: os 400 milhões teriam sido carreados a outras instituições financeiras, "OBEDECENDO A INTERESSES DE GRUPOS DO GOVERNO JOSÉ RICHÁ".

O fato ganhou destaque durante a última semana e foi objeto de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado da Administração e pelo Superintendente do IPE, Dr. José Faria Ratton.

Segundo a imprensa paranaense, o eminente Deputado Luiz Alberto Martins Oliveira, Líder da minoria desta Casa, os quatrocentos milhões de cruzeiros eram destinados, está na Imprensa, ao pagamento das pensões de aposentados, viúvas e de menores, esposas e filhos de serventuários falecidos, além de depositada nos cofres do Banco do Estado, para gerar empregos e permitir a construção de casas populares no Paraná". A declaração do combativo deputado está transcrita na edição de sexta-feira última do "Jornal do Estado". O Líder do PDS declarou, ainda textualmente:

"Na verdade, estes quatrocentos milhões de cruzeiros são apenas a ponta do "iceberg", pois muita coisa está ACOBERTADA, em apenas seis meses, O QUE DEMONSTRA QUE O APETITE DOS NOVOS GOVERNANTES SERÁ LEVANTADO NA CPI DA CORRUPÇÃO".

Antes de trazer ao conhecimento desta Casa os fatos reais relativos as aplicações feitas pelo IPE, quero relembrar que o Líder de nossa bancada, deputado Nilso Sguarezi, quando da instalação da legislatura destacou que a bancada majoritária jamais impediria que informações fossem requeridas sobre atos do Governo José Richa. E assim tem agido nossa bancada. Nenhum fato será sonegado, pois o PMDB tem compromissos com o povo e os respeitará integralmente.

No dia 13 de julho último, o IPE aplicou trezentos milhões de cruzeiros junto ao BADEP. A aplicação foi feita através de seis certificados de depósitos bancários, cada um no valor de cinquenta milhões de cruzeiros.

Esses recursos foram sacados junto ao Banestado Crédito Imobiliário. Saque e depósito ocorreram no mesmo dia.

O BADEP ofereceu ao IPE juros superiores àqueles que estavam sendo pagos pelo Banestado. Portanto, destaque-se que os interesses dos associados do IPE foram integralmente respeitados. Obteve-se maior remuneração pelo capital e os recursos continuaram aplicados em estabelecimento oficial do próprio Estado.

O aspecto social também não foi esquecido. É público que o setor imobiliário atravessa uma fase de recessão e os financiamentos foram severamente reduzidos em decorrência da política econômica ditada pelo Governo Federal.

Por outro lado, o BADEP redirecionou suas atividades. Hoje não mais se presta a concessão de grandes financiamentos para aparentes grandes empresas, umas falidas, outras prestes a falir. Cumprindo o programa do PMDB, o BADEP tem procurado atender as pequenas e médias empresas, estas sim geradoras de empregos. Aplicando no BADEP o IPE atinge dois objetivos: obtêm maior renda participando do esforço que se faz no Paraná para dinamizar as nossas médias e pequenas empresas.

A operação é lícita e não é inédita.

Atualmente, o IPE mantém aplicados no BADEP um total de seiscentos milhões de cruzeiros, sendo que trezentos milhões foram carreados ao banco de desenvolvimento pelo governo do PDS a prazo fixo que se vencerá nos próximos meses.

Na atual administração do IPE um centavo sequer está aplicado em estabelecimentos bancários. As reservas técnicas estão assim distribuídas: 1) quatrocentos milhões de cruzeiros, a prazo fixo, no Banco do Estado do Paraná S.A.; 2) um bilhão e noventa e um milhões de cruzeiros em caderneta de poupança.

ca, no Banestado Crédito Imobiliário; e, seiscentos milhões de cruzeiros, em certificados de depósitos bancários, no BADEP, sendo que trezentos milhões foram aplicados por esse Governo e trezentos milhões pela administração passada.

Os depósitos à vista, portanto sem remuneração, são feitos no Banco do Estado do Paraná S.A., integralmente, o que não ocorria na administração do PDS. Em março, os atuais diretores do IPE depararam com depósitos elevados feitos pelo mesmo em agências de bancos particulares, onde nada rendiam. Numa agência estavam depositados três milhões e meio de cruzeiros. Em outra, três milhões de cruzeiros. Tais importâncias foram imediatamente transferidas para o Banco do Estado do Paraná S.A. E MAIS: quarenta e dois milhões de cruzeiros estavam depositados em outro estabelecimento particular, proveniente esse valor dos descontos feitos dos funcionários deste Poder Legislativo. Procedeu-se a transferência, também, para o Banco do Estado do Paraná S.A.

Portanto, foi a atual administração do IPE a responsável pelo prestigiamento aos estabelecimentos bancários do Governo Estadual. Ao contrário dos antigos administradores, os atuais mantêm o maior respeito aos recursos do IPE, pois esses recursos não pertencem ao Estado, mas sim aos funcionários públicos estaduais. E esse patrimônio deve ser administrado com competência, honestidade e lealdade.

Senhor presidente, nobres deputados.

Outro fato deve ser esclarecido.

Na primeira quinzena deste mês, o IPE sacou do Banestado Crédito Imobiliário outra importância, no montante de quatrocentos milhões de cruzeiros. Esse dinheiro não foi reaplicado em outras instituições. Esse valor foi utilizado para sanar irregularidades praticadas pelas administrações anteriores, todas vinculadas ao PDS ou à ARENA, pois as omissões e incompetência são antiquadas.

Os ex-administradores do IPE confessaram junto ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social uma dívida cujo principal era de pouco menos de dois milhões de cruzeiros. A dívida correspondia às contribuições devidas à Previdência Social no período de fevereiro de 1966 até julho de 1972 e que, com os aumentos relativos aos juros e correção monetária, elevou-se para cento e setenta e dois milhões de cruzeiros.

É importante que se destaque: a administração por omissão, reconheceu dever dois milhões de cruzeiros; os acréscimos legais elevaram a dívida para cento e setenta e dois milhões de cruzeiros.

Os antigos administradores confessaram a dívida e requereram parcelamento para pagamento em sessenta meses.

**NENHUM APARCELA FOI PAGA.**

Para evitar a incidência de novos juros e correção monetária — frise-se que a dívida inicial era inferior a dois milhões de cruzeiros, pulando para cento e setenta e dois milhões de cruzeiros — e por se tratar de dívida líquida e certa, no dia 18 deste mês, o débito foi pago, evitando-se que novos prejuízos fossem suportados pelo IPE em função da omissão ou incompetência dos antigos administradores.

Os restantes duzentos e vinte e oito milhões de cruzeiros foram destinados ao pagamento de acordos trabalhistas feitos com médicos e dentistas que trabalhavam no IPE à margem da lei. Muitos prestavam serviços há mais de dez anos, não eram funcionários estatutários e não estavam registrados no regime da CLT, por omissão ou por incompetência dos antigos responsáveis. Os médicos e dentistas que não estavam acumulando ilegalmente cargos, tiveram suas situações regularizadas e permanecem trabalhando. Os demais foram procurados e com eles realizaram-se composições devidamente assistidas pelo sindicato de classe e o órgão próprio do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho, conforme o caso e de acordo com os documentos que se encontram à disposição dos interessados.

Com coragem e honestidade, a atual administração resolveu um problema que se arrastava por mais de quinze anos e que poderia redundar em grandes prejuízos à instituição.

Esses os fatos reais, senhor presidente e ilustres parlamentares.

Os diretores do IPE não precisam esconder fatos, detalhes, números, documentos. Seguindo orientação do Governador José Richa, a administração está aberta a todos que desejem fiscalizá-la. Até mesmo acusações maldosas como essa que esclarecemos, serão respondidas. **QUEM NADA TEM A TEMER, NADA TEM A ESCONDER.**

Os desmandos, a incompetência, a omissão estão sendo afastados definitivamente do IPE.

E os números falam mais alto: no dia 14 de março deste ano, o saldo disponível da instituição era de UM BILHÃO, SETECENTOS E OITENTA E SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E UM MIL, OITOCENTOS E TRINTA E QUATRO CRUZEIROS. Graças às medidas racionalizadoras, adotadas pela administração do Dr. Ratton, no dia 12 deste mês de agosto, o saldo disponível pulava para TRÊS BILHÕES, DUZENTOS E NOVENTA E UM MILHÕES, OITENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E TRINTA E DOIS CRUZEIROS!

Moralidade, dedicação, competência e intenção reta dos peemedebistas responsáveis pela administração do IPE permitiram resultados tão expressivos. E outros serão conquistados pois o combate à corrupção e à incompetência prosseguirão intensamente.

Esse é um compromisso do Governo Richa!

Finalizando, senhor presidente, senhores deputados, quero transmitir aos deputados do PDS e ao seu eminente Líder o convite de que sou portador e que foi formulado pelo Dr. Ratton: o IPE pertence ao funcionalismo público e suas portas estão abertas aos deputados oposicionistas que lá serão sempre recebidos cordialmente, pois repito: **QUEM NADA TEM A TEMER, NADA TEM A ESCONDER**".

Concedo o aparte ao senhor deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Fico encantado, deputado Edmar Luiz Costa por Vossa Excelência me dar a oportunidade de ter esta honra de dialogarmos.

Queria dizer o seguinte: quando Vossa Excelência fala que o Banco do Estado já não tem mais condições no setor imobiliário onde se tiram dinheiro do Banco do Estado com medo, Vossa Excelência desmoraliza o Governo José Richa.

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Vossa Excelência ouviu muito mal. Vossa Excelência ouviu muito mal. Não falei que o Banestado, Crédito Imobiliário não aplica porque não tem condições. Todas as instituições ligadas ao sistema da habitação não estão aplicando. Não só o Banco do Estado.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Se Vossa Excelência deu o aparte eu continuo, senão...

Deixe-me complementar para Vossa Excelência fazer o seu raciocínio. Pois o Banco do Estado tem outras faixas de aplicação. O Banco do Estado tem aplicações diversas. É um Banco enorme onde falam que precisam fechar o Banco do Paraguai, onde está dando lucro. Agora, Vossa Excelência falou no Governo da ARENA, no Governo do PDS. Vossa Excelência peca, porque um grande companheiro nosso, atual companheiro seu e ex-companheiro nosso foi Governador do Estado.

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Vossa Excelência vai me desculpar. O IPE jamais foi administrado pelo MDB ou pelo PMDB. Os fatos são recentes: ARENA e PDS, e nós não temos vínculo algum com ARENA e nem com o PDS.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Mas é aí que eu queria falar, deputado.

Se Vossa Excelência me der a oportunidade eu complemento o meu raciocínio.

Vossa Excelência me dá o aparte ou não?

**O SR. EDMAR LUIZ COSTA** — Concedo.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Então Vossa Excelência deixe eu com-



plementar. Vossa Excelência falou em ARENA. ARENA é nosso partido. Partido do maior governador que o Paraná já teve junto com Paulo Pimentel, e Ney Braga, que foi Jaime Canet. Agora Vossa Excelência, como meu amigo, companheiro e como amigo de sua família, vem a esta tribuna falar na antiga ARENA, ARENA de Mattos Leão, ARENA de Jaime Canet, ARENA de nosso povo, ARENA do povo que esteve ao lado da Revolução, ARENA de todos que queriam, talvez de muitos Deputados e companheiros nossos do PMDB, do grande Governador Jaime Canet, de João Elísio Ferraz de Campos, que deu a vitória ao seu Governador. Então, eu queria que Vossa Excelência me deixasse complementar: não tem direito de falar desses homens, fale de Ney Braga que nós o defendemos. Agora, defender a ARENA que ajudou a eleger Vossas Excelências, nós não temos condições.

Vossa Excelência é um artífice, é um artista deputado Edmar. Conheço seu pai e sou amigo de sua família. Meus parabéns. Agora, como justifica Vossa Excelência, ao Jaime Canet, dizer que o governo dele foi corrupto? Qual seria a sua situação de enfrentar um vice-governador e dizer que o governo deles foram corruptos?

Então, nós ficamos aqui a sofismar. Dessa tribuna nós defendemos Ney Braga, agora, Jaime Canet, Vossa Excelência tem obrigação e o direito de defender.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Fico satisfeito com o aparte do deputado Gabriel Manoel, cuja combatividade nós conhecemos há muito tempo. Não fizemos críticas a Jaime Canet nem a João Elísio Ferraz de Campos, e isso é muito lógico. Estamos satisfeitos, porque o que tinha de bom na antiga ARENA, parece que compreendeu o lado certo e veio para o nosso lado. Por isso temos bons companheiros como Jaime Canet Júnior e João Elísio Ferraz de Campos no nosso partido, sem desmerecer dos bravos homens da ARENA que continuaram no PDS.

O Sr. Rubenm Bueno — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edmar Luiz Costa, Vossa Excelência traz nesta tarde documento em que esclarece a notícia veiculada pelo "Jornal do Estado" da última quinta-feira. E, naquela ocasião, o Líder do PDS, deputado Luiz Alberto, apresentou uma denúncia junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitando esclarecimento do Instituto de Previdência do Estado.

Vossa Excelência traz oficialmente a resposta do superintendente daquela instituição. De outro lado, nós temos ainda, amanhã, marcado para amanhã, terça-feira, um contato com o superintendente e com o presidente do Banco do Estado do Paraná, para trazer os documentos necessários à Comissão Parlamentar de Inquérito.

É assim que o PMDB age nas palavras claras, nas palavras honradas de Vossa Excelência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Muito obrigado pelo aparte deputado Rubens Bueno.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço a generosidade de Vossa Excelência, nobre deputado, Vossa Excelência poderia esclarecer em que papel foi aplicado os recursos dos funcionários públicos do Paraná no Banco de Desenvolvimento do Estado?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Certificados de Depósitos Bancários como acabei de pronunciar esta tarde.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Não tive oportunidade de ouvi-lo, provavelmente quando atendia um outro interesse do Paraná. Vossa Excelência poderia afirmar, já que Vossa Excelência traz dados, provavelmente oficiais do Governo do Estado, se esses recursos do BADEP foram usados para financiamento de que empresas?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Pequenas e médias empresas.

É evidente que quanto à contabilidade do BADEP, não lhe posso dar dados. Tenho apenas a aplicação feita pelo IPE junto ao BADEP. Mas terei a maior satisfação em consultar o BADEP, embora seja impossível, porque não existe operações casadas dessa natureza, mas tentarei trazer os detalhes a Vossa Excelência. E mais ainda, a Vossa Excelência preciso afirmar a pedido do Dr. Ratton. Quanto às operações realizadas pelo IPE, possuímos documentação em mãos, mas elas estão à disposição de Vossa Excelência no IPE e estarão à disposição da CPI da Corrupção, junto com outros documentos da administração passada que já estão na CPI.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a Vossa Excelência e não espero do Dr. José Ratton, outro comportamento a não ser esse. Sou seu amigo em razão de laços familiares, o Dr. José Ratton era um grande companheiro do meu falecido cunhado, deputado Arnaldo Busato, e quando fiz na CPI da Corrupção a análise da notícia publicada pelo "Jornal do Estado", fiz referência a honestidade pessoal do Dr. José Ratton, a quem ratifico, neste momento, no plenário. Não se trata de julgar o personagem que respeito, mas o ocorrido que a imprensa do Paraná, em boa hora noticiou, para demonstrar que nem todas as operações que não feitas no Banco do Estado do Paraná são operações "a priori", desonestas.

Creio que possam existir operações feitas em outros bancos com razões perfeitamente justificáveis pelas autoridades responsáveis pelo manuseio de recursos públicos. O que ocorre, senhor deputado, é que todas as operações feitas pelo Governo passado, que não no Banco do Estado estão sobre o crivo da CPI da Corrupção.

Ora, se é justo ao PMDB questionar as operações do Governo passado, é justo também ao PDS questionar as operações feitas pelo atual Governo em outros bancos que não no Banco do Estado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Mas, nobre deputado, Vossa Excelência se alonga num discurso paralelo e eu pediria um aparte a Vossa Excelência, para explicar um detalhe. Acho que é obrigação da vossa bancada questionar, só que Vossa Excelência há de convir num detalhe. A Bancada Majoritária do Governo passado, da qual Vossa Excelência fazia parte, boicotava todos os pedidos de informações e elas não chegavam com regularidade.

Nós estamos até nos antecipando, nós fazemos questão de trazer os fatos limpos e claros a este plenário.

Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concorda em concluir dialogando comigo, já que Vossa Excelência dispõe de tempo?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Desde que não seja um discurso paralelo, eu me sinto honrado com o diálogo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Se Vossa Excelência estiver preocupado com o relógio e não com o argumento, dispense a generosidade de Vossa Excelência e farei uso...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — O argumento de Vossa Excelência não tem documentos. Eu tenho os documentos em mãos e Vossa Excelência não tem. (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos senhores deputados que, ao se dirigir ao orador ou se encontra na tribuna, o façam através de apartes.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu estava com o aparte, senhor presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — E eu mantenho o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Portanto, a reprimenda não serve a este Deputado que está apartando e o tem feito em termos respeitosos, como é do seu hábito. A resposta às insinuações que estarei fazendo num discurso paralelo, eu prefiro, senhor presidente, deixá-la para responder no Horário da Liderança e darei todo o tempo necessário ao eminente deputado

Edmar Costa para apartear-me.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Eu farei questão de apartear-lo dentro dos limites do nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às lideranças partidárias, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor deputado Fiori Luiz, por dez minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor presidente, senhores deputados.

O Chefe da Nação reassumiu falando em imunidade, em consenso, e em soberania nacional. Tudo muito bonito, só que o povo não acredita mais nas mentiras deste governo anti-popular e ilegítimo.

O regime que aí está quase completando bodas de prata, é um regime tirânico, despótico, opressivo, cruel, injusto, e acima de tudo, sádico. Sádico à medida em que vê o povo brasileiro morrendo de fome e nada faz. Enquanto os nossos Ministros continuam viajando para Paris, para Londres, para Nova Iorque, bebendo e comendo nos melhores restaurantes. E, enquanto o Chefe da Nação trata o mais novo potro da Granja do Torto à base de "filé mignon", os brasileiros do Nordeste matam a fome com um cardápio não muito singular: ratos, cobras e lagartos e o resto da Nação continua engolindo sapos.

A televisão está a mostrar todos os dias, via satélite, à cores, para toda esta grande Nação, o desespero daqueles que têm fome, e o Governo Federal continua insensível, ignorando este quadro dramático de miséria que nos rodeia. Somente no Ceará, mais de trezentos mil flagelados da seca se preparam para invadir a Capital, Fortaleza, dobrando a população nas favelas da capital cearense, hoje em torno de trezentas mil pessoas. São quatrocentos e cinquenta mil flagelados inscritos nos "bolsões da seca" recebendo quinhentos cruzeiros por dia — isto quando recebe, porque há um mês e doze dias que esses flagelados não recebem o seu "salário de fome", a sua "esmola" dada pelo Governo Federal. Como matar a fome da família com quinhentos cruzeiros por dia?

A indústria da seca no Nordeste continua gerando mais corrupção com o desvio de verbas. Não é interesse para o Governo Federal em solucionar o problema da seca no Nordeste, porque quando o atual Chefe da Nação assumiu, desde 78 ele sabia que nós iríamos ter uma quadra de secas, e que esta seca deveria se prolongar por quatro ou cinco anos. Se a China matou a fome de seu povo plantando arroz no deserto e irrigando manualmente, será que não temos condições de acabar com a seca do Nordeste? Mas a seca do Nordeste gera corrupção, enriquece muito do dia para a noite e gera, o que é mais importante, votos para o PDS.

O cardeal arcebispo de Fortaleza condenou, no último sábado, a omissão das nossas autoridades, dizendo: nossos irmãos estão morrendo de fome; o delegado da cidade de Canindé, no interior do Ceará, disse que lá não existe subversão e nem agitadores: o problema realmente é da fome.

No último sábado, mil e trezentas mulheres invadiram a cidade de Massapé e tentaram saquear os mercados e lojas daquela cidade, no interior do Ceará; foram contidas pela população que acabou distribuindo a essas mulheres o que restava de comida no município. Em Pacajus, outra cidadezinha do interior do Ceará, oitocentas mulheres também tentaram invadir os mercados e saquear as lojas daquela cidade.

O comando geral da Polícia Militar do Ceará não pode deslocar contingentes para o interior, porque o comandante teme um assalto geral a Fortaleza pelos flagelados nas próximas semanas.

Pode até parecer ficção, mas esta é a pura realidade desta grande Nação subgovernada. Mas a situação não é isolada e não é localizada. Aqui, no Paraná, existem os flagelados, os "bóias-frias", tratados como verdadeiros animais, ou melhor, se fossem tratados como animais, até que eles estariam bem,

porque o animal ainda tem a ração, ainda tem a vacina, ainda tem a água.

Os responsáveis por este caos continuam em um mundo irreal, fantasioso, talvez desconheçam que setenta por cento da população brasileira vive em condição subhumana de subnutrição crônica e que das crianças que nascem no País, do total destas crianças, quarenta por cento delas morrem subnutridas antes de completar um ano de idade. Este é o quadro, quarenta por cento das crianças nascida neste País não chegam a viver um ano de vida.

E agora os tecnocratas vão importar cem milhões de dólares de arroz e vão importar também dez bilhões de litros de leite. Mas uma prova da incapacidade deste regime militar que vem desgraçando esta Nação, ao longo destes dezenove anos. Plantamos soja e trigo para abastecer o mercado norte-americano e não plantamos o alimento básico para o sustento de nossa população, que é o arroz, o feijão, a batatinha, a mandioca e o milho.

Diante de tudo isto, ainda somos obrigados a ler a manchete da "Folha de São Paulo", de hoje. Diz o seguinte: "Brasil e Estados Unidos se reúnem hoje e decidem acordos sobre um projeto de armamentos".

Mais uma exigência do acordo do FMI, que já tutelou a nossa política, tutelou a nossa economia, tutelou a nossa Nação e agora quer implantar uma base militar americana aqui... O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — ... provando efetivamente que o Brasil é um fundo de quintal, uma colônia dos americanos do Norte. Os Estados Unidos estão acertando, neste instante, a cooperação no campo industrial-militar. O "Rei do Gatilho", Ronald Reagan, da Casa Branca, pensa que ainda está no cinema montado num cavalo e matando índios. Como a situação na América Central e no Cone-Sul está muito tensa, com os problemas aflorando, explodindo na Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, na Bolívia, em El Salvador, os mocinhos da Casa Branca querem implantar aqui uma base militar. Mais uma dos Estados Unidos...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos)

O SR. FIORI LUIZ — Um minuto e concludo, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa lhe concede mais um minuto para conclusão.

O SR. FIORI LUIZ — Enquanto se fala em eleições diretas, enquanto se discute Brizola, enquanto se discute Paulo Maluf, o símbolo da corrupção deste País, que deveria estar atrás das grades há muito tempo e não fazendo campanha para Presidente da República, enquanto os corruptos não são punidos...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Solicitaria de Vossa Excelência mandasse expungir, das notas taquigráficas, esta veemente calúnia. Quando há corrupção há provas e quem não prova, não pode falar em corrupção. Se houver corrupção de Paulo Maluf, o Montoro que traga.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência manda que as notas taquigráficas expunjam os termos solicitados.

O SR. FIORI LUIZ — Não, não vai tirar da ata não! Vai reforçar. Paulo Maluf deveria estar na cadeia em vez de estar fazendo campanha política neste Brasil. Fosse este País sério, já teria sido enforcado em praça pública, para servir de exemplo para as futuras gerações. Este é o símbolo da corrupção e enquanto o Chefe da Nação, Figueiredo, se preocupa em obstar Maluf na sua caminhada ou não a Presidência da República, não interessa, porque todos deveriam estar na cadeia. Não só o

Maluf. Muitos outros. Andreazzas, Delfins, Ernanês Galvêas, Lagonis da vida, que são corruptos, afundaram esta Nação, semearam a desgraça. Enquanto se fala desta gente que deveria estar atrás das grades, é bom lembrar, mais uma vez, dos brasileiros do Nordeste, que continuam se alimentando de ratos e lagartos.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Pelo restante do horário, o Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, o Deputado Tadeu França, por dezoito minutos.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor presidente, senhores deputados.

Não é nossa intenção fazer apologia do Sr. Leonel Brizola, entretanto, como foi mencionado, como inexistente nesta Casa um parlamentar do seu partido, PDT, e porque entendemos que os conceitos emitidos devam ser aclarados.

Queremos apenas iniciar o nosso pronunciamento lembrando alguns fatos, lembrando que enquanto Leonel Brizola, era acusado de mal brasileiro, lembrando que enquanto ele era apontado como alguém espúrio, pária, expulso desta terra, lembrando que o povo do Rio de Janeiro sufragou de forma expressiva o nome que coincide exatamente com aquele taxado de mal brasileiro ou de alguém que não merecia mais viver nesta terra.

Entre o povo do Rio de Janeiro e uma afirmação fortuita de um Deputado do PDS desta Casa, prefiro acreditar na voz da democracia e lembrar que a voz soberana do povo, é a suprema norma segundo a qual nós julgamos homens públicos deste País.

Leonel Brizola, sem dúvida nenhuma, jamais foi contra a figura do imigrante, como o que se pretendeu insinuar nesta Casa, pelo contrário sempre soube ser grato, identificado, comprometido, ciente profundamente de que a população brasileira é em sua maioria constituída por filhos, netos, descendentes enfim dos imigrantes.

Mas quando ele afirma que imigrante é também Maluf ele está pretendendo deixar bem claro, que há um outro tipo de imigrante, há um outro tipo de aventureiro, é aquele aventureiro que faz o jogo de interesses que não são brasileiros. É aquele aventureiro tipo Maluf a quem jamais faltam recursos, para tantas campanhas políticas, quantas pretendem se dar, que numa época de crise, sobram-lhe milhões. Maluf tem hoje no Brasil apenas um grande adversário, tão exímio defensor dos interesses das multinacionais, ele se fez e hoje só bate, só pode, só supera Maluf, o próprio Ministro Delfim Netto, tão bem disciplinado e comparsa do grande bruxo do passado e do presente Golbery do Couto e Silva. Por esta razão, senhores deputados, que nós afirmamos, isto sim é estar fora do País, isto sim é estranhar os interesses brasileiros, isto sim, não o fato de alguém ter vivido algum tempo fora desta terra contra a sua vontade, de alguém que foi identificado com o governo popular de João Goulart, contra quem se levantou a CIA, contra quem se levantou a UDN, contra quem se levantaram os interesses daqueles que sempre professaram o atrelamento de nosso país, ao capital estrangeiro, ao jogo do imperialismo mais crasso e vil, de que nós conhecemos.

Senhores deputados, com homens, a exemplo de um Maluf, presidente, nós haveríamos de continuar sendo especialistas e Leonel Brizola tem razão em afirmar que nós continuaríamos sendo especialistas na arte de perder. Porque de fato, senhores deputados, nesta especialidade, infelizmente, nós nos temos formado há longo tempo. Perdemos até mesmo o direito de nos chamarmos americanos.

Quando se fala em América, não se imagina o Brasil, porque até mesmo o direito de se intitular americanos, o brasileiro não possui mais; muito menos isso.

Estes pobres habitantes do campo, a exemplo dos nordestinos e crise no momento instantâneo, estão condenados historicamente, sem qualquer exagero ou recurso de expressão, a uma vida que se identifica à vida de bestas de carga. Mesmo porque, segundo os nossos imperialistas, nem é bom nem mesmo que seja numeroso, pois tanto mais fácil será o jugo na pobreza e os pobres, na esmagadora maioria brasileira, já acabou acreditando que a miséria dos brasileiros deve-se unicamente ao resultado dos filhos que não foram evitados.

O próprio presidente Eisenhower, prognosticava que um crescimento demográfico muito grande dos nossos aliados menos desenvolvidos traria o perigo de uma revolução e produziria a nossa degradação de vida. E é claro que é muito mais higiênico e eficaz, matar os guerrilheiros nos úteros do que nas serras ou nas ruas.

Senhores deputados, são prodigiosas as feiras do Nordeste; deste Nordeste brasileiro que é um gigantesco campo de concentração, para mais de trinta milhões de pessoas que padecem, ainda hoje, a herança do latifúndio e daqueles que se constituíram à monocultura do açúcar. Os incêndios abriam terras aos canaviais; devastaram as florestas e a produção extensiva, esgotou o solo. É por isso, senhores deputados, que deve merecer particular preocupação nossa, o ciclo da cana no Paraná. O avanço vertiginoso das pastagens. O Nordeste, nem sempre foi este palco de campo de concentração, como nós o vemos, pelos meios de comunicação. Agora, sem terra fértil; antes da caatinga, a terra produzia, a terra foi esvaziada em nome do latifúndio, em nome da monocultura, em nome das pastagens, em nome do ciclo que se imaginava eterno, que era o ciclo da cana.

No Paraná, o latifúndio está crescendo, se agigantam a olhos vistos. Existem municípios que são verdadeiros feudos. Marcados pelo latifúndio que não deixa nada a invejar aos maiores latifúndios do Noroeste de outros e porque não dizer, também de hoje. As pastagens vêm tomando conta das nossas terras produtivas e a mesma cana-de-açúcar de lá, é gritada agora em nossa terra, que, progressivamente, inicialmente mas progressivamente, começa a conhecer um processo inicial, de desversificação.

Os nossos descendentes, não deverão viver no amanhã, o ciclo do Nordeste. E embora nossas palavras possam parecer agourentas, que elas representem uma inquietação, uma busca de solução, porque a história vivida pelo Nordeste não é nada exemplar, ou que possa servir de modelo à nossa gente, pelas consequências danosas que acarretou.

É claro que o campo de concentração nordestino sempre teve e ainda hoje tem seu aspecto relativo, oito milhões de camponeses sem terras. É muita mão-de-obra barata, as poucas mais de oito mil pessoas que são donas da metade da superfície total do Nordeste.

Dai, senhores deputados, a tradição dos salários pagos em farinha de mandioca, em rapadura, em um pouco de carne seca e cachaça à vontade, porque, cachaça passou a ser sinônimo de ópio para a gente subnutrida, faminta e explorada não só do Nordeste, mas de toda a classe trabalhadora mais humilde desta terra brasileira.

Mais do que nunca, continua atual a prece do brasileiro tão bem escrita por Drumond de Andrade, hoje encenada a cores pelos meios de comunicação social, que mostram famílias perecendo à míngua, que mostram o Nordeste de uma face. A outra que existe, que é real, a dos latifundiários, as dos imperialistas do nordeste, as daqueles que tudo possuem, não são sequer mencionados, como se eles nada tivessem haver com os ciclos de miséria, desgraça e ruína a que condenaram o povo do nordeste.

Senhor presidente, senhores deputados, nossos peões do

cacau no Nordeste, nunca souberam de preços, nem de mercados. E até mesmo na Bahia, todo esplendor de Ilhéus, foi no máximo um lampejo efêmero à glotonaria dos europeus e norte-americanos pelo chocolate.

É preciso reconstruir a nossa história. Com o café não foi diferente, porque o colonialismo que presidiu todo o nosso processo agrícola, no norte, nordeste especificamente, foi o mesmo que aconteceu no sul.

Com o café, o nosso rei café, trouxe a abolição dos escravos. Por quê? Porque, é mais barato pagar trabalhadores livres, entre aspas, do que comprar e manter escravos da distante África.

E a exemplo dos demais ciclos econômicos de nossa história, o café continua beneficiando muito mais os gringos que o consomem, do que os nossos poucos e falidos pequenos e médios proprietários que o produzem.

Senhores deputados, as crises pelas quais passamos tem origem. Enquanto nós nos comovemos com as imagens criadas, nós devemos procurar desvendar as causas, as origens para que nós possamos combatê-las pelas raízes.

Em nossa escola política, na escola de um Delfim, na escola de um Maluf e tantas outras tem se aprendido que a única saída é entregar mais e mais os recursos aos poderosos de fora, em nome da nossa falta de recurso.

Prega-se a total incapacidade brasileira de explorar os próprios minérios em nome de concessões que sempre avultam nos bolsos dos comprometidos com o capital internacional, mas que representam uma verdadeira falência para as nossas maiorias sempre oprimidas, sempre asfixiadas, sempre sufocadas. Até posso acreditar, senhores deputados, que um Presidente desse País, do atual modelo, possa ser alguém comprometido com o capital alienígena, porque hoje em dia qualquer artista em capitalizar financiamentos, em capitalizar patrocínio, para campanha política ou subornos de qualquer espécie, qualquer mandatário mais habilidoso, que seja capaz de ser artífice do vender-se melhor para as multinacionais, é também capaz de dentro do atual modelo político e econômico chegar a guindar até o mais alto cargo político nesse País.

Senhores deputados, a alta burguesia nacional do passado quantas vezes associou-se à invasão estrangeira, sem derramar lágrimas, nem sangue, porque entendeu ser aquele o caminho de perpétuos aliados.

Hoje, a própria burguesia nacional descobriu que não consegue concorrer com as multinacionais, e as vozes, tardias sim, surgem em defesa do patrimônio que nos é mais caro no atual momento da nossa História, em defesa da nossa soberania comprometida, ameaçada, porque com a ruína de uma Pátria haverá também a ruína dos antigos cúmplices do capital imperialista alienígena, que reduziu a nossa terra em condição de nova colônia.

Senhores deputados, os nossos campos estão ficando vazios, os latifúndios negam mão-de-obra, nós temos que ter uma resposta, uma inquietação que seja, aos nossos quase vinte milhões de menores abandonados, nós temos que nos preocupar, sim, quando cinquenta por cento dos jovens brasileiros são simplesmente dispensados do serviço militar, porque a mercê da subnutrição, nem ao menos as condições físicas mínimas, para que possam prestar o serviço militar à nossa terra.

Os poucos homens do campo, são muito pobres, a exemplo do Nordeste, a exemplo do nosso exército quase que interminável de "bóias-frias", a exemplo da expulsão do campo decretada pelo latifúndio, eles são muito pobres, e por paradoxal que possa parecer, por incoerente que possa parecer, representam um dos maiores índices de pobreza, exatamente na abundância de um dos solos mais ricos do mundo.

Caso típico, o Paraná, celeiro, exemplo de terra fértil rica e gerador a de um rurícula pobre, subnutrido, à margem de um processo e de uma riqueza que ele construiu mas jamais

pôde usufruir.

Apesar de tudo, senhor presidente, senhores deputados, resta-nos a esperança...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado, conceda-lhe um minuto para concluir.

O SR. TADEU FRANÇA — ... de soluções possam ser tomadas.

E antes de chamar de maus brasileiros a exemplo de Brizola, fica a voz do povo, que reconheceu em Brizola, duas vezes governante, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, prova de que a voz do povo soube redimí-lo das acusações errôneas, que a História escrita de uma forma ardilosa tantas vezes acabou lhe imputando há poucos anos, em nossa terra. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por dez minutos, senhor presidente, fará uso o deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o senhor deputado Gabriel Manoel, por dez minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Falou muito bonito, o deputado Tadeu França, mas, será que ele esqueceu da Polônia, do povo afegão da Rússia, da foice e do martelo, quando a Polônia, velhacos que são, a doutrina do deputado Tadeu França, talvez esteja errada.

Os americanos estão explorando, mas, a Polônia, que comprou fiado e não pagou? São velhacos.

Admiro a inteligência do deputado Tadeu França de vir à tribuna e esquecer de falar de Cuba, da Polônia, da foice e do martelo. Eles que compraram soja de nosso País, que fizeram alterações bilaterais e não pagaram. Porque são velhacos.

Os governadores imigrantes, como o governador de Santa Catarina, Epiridião Amin, como o Governador do Paraná, José Richa, como o ex-Governador de São Paulo, Paulo Maluf, e como toda esta gama de homens que vieram de outros rincões, para juntos ajudarem o Brasil. Não que com isto seja bajulação, ao Governo Richa, mas, os homens imigrantes, os homens que, neste instante, são atacados por uma pequenina parcela de Deputados da Oposição, que querem obscurecer a opinião pública.

Por que, Deputado Tadeu França, não falou da foice e do martelo? Por que, Deputado Tadeu França, não falou do calote do governo comunista, da Polônia? Dos poloneses oprimidos, dos homens que estão sofrendo por serem cristãos? Por que ele só olha um verso da medalha, e não mostra o reverso?

Falta de capacidade, não é! Porque se nós, homens humildes do interior não tivéssemos capacidade, de vir aqui para discernir o bem, do mal, mas, o ilustre moço, professor de Faculdade, em Teologia, Filosofia, e adjacências, vir aqui para deturpar os fatos.

Por que Vossa Excelência não fala, Deputado Tadeu França, da sua bela Rússia, da sua bela Cuba, dos velhacos da Polônia, que estão claudicando em cima de milhões e milhões de católicos, porque Vossa Excelência também negou a sua tradição?

Vossa Excelência, me perdoe, Deputado Fiori Luiz, mas, quem fala o que quer, ouve o que não quer. Vossa Excelência também é um filho rebelde.

Oportunamente, conversaremos sobre isto.

Então, retornaremos quando se fala em Maluf, quando se fala em Richa, quando se fala na raça árabe, que dê este País para trabalhar. Os homens de ombros calejados, os mascates de mãos duras a vender gravatas nas esquinas. Nós temos a honra

de pertencer a esta gama de homens, e não vamos admitir deputado Tadeu França, que Vossa Excelência fale em Paulo Maluf, como quem fala numa espúria. Vossa Excelência terá que provar, ou então serei obrigado a dizer, que Vossa Excelência faltou com a verdade.

Quando Vossa Excelência fala em Delfim Netto, nós fazemos coro, mas, lá em São Paulo, na maior metrópole da América Latina, está o senhor Governador, tragam provas, e depois nós provaremos.

Depois, Vossa Excelência tem o direito de atacar uma raça; uma raça que tem no Paraná, um Governador de Estado. Uma raça que tem em Santa Catarina, uma raça, Deputado Fiori, que Vossa Excelência faz parte. Talvez, queira negá-lo. Mas, Vossa Excelência tem ramificações com a raça dos imigrantes.

Talvez, neste momento, Vossa Excelência negue que não faça parte dos imigrantes, que vieram daqueles longínquos países para aventurar, para aplicar o seu suor aqui neste País! Eu perguntaria a Vossa Excelência, deputado Tadeu França, como Brizola sobreviveu esses anos? Se, foi pela Lúbia, pela Rússia? Vossa Excelência deve saber, como seu advogado! Como pode um homem sobreviver dezoito anos no ostracismo? Ou é um grande latifundiário, ou então está subvencionado pelos países que Vossa Excelência é idealista! Vossa Excelência não fala na foice e no martelo, Vossa Excelência conhece os homens que estão sofrendo na Polônia, que estão sofrendo na própria Rússia, os cristãos que sofrem em Cuba, e o próprio Brasil que Vossa Excelência quer impingir um regime incompatível com a nossa idéia cristã, com as idéias, deputado Tadeu França, dos homens que trabalham diuturnamente.

Vossa Excelência falou em latifúndio improdutivo. Vossa Excelência esquece que vocês têm quantos e quantos Secretários que têm latifúndio improdutivo, no Brasil? Então, a justiça, deve começar, de casa! E de outra vez eu pediria, com o devido respeito: traga as provas contra o deputado Paulo Maluf, daí, eu me curvarei, do contrário, serei obrigado a dizer que Vossa Excelência faltou com a verdade. Traga provas concretas. Nós, em Oposição ao Governo Richa, não o atacamos, mas se Vossa Excelência quiser provas sobre alguns Secretários do Governador Richa, de que têm latifúndio improdutivo, nós as traremos; agora, Vossa Excelência chamar Paulo Maluf de corrupto?! Por enquanto eu vou dizer a Vossa Excelência: Vossa Excelência falta com a verdade, perante a opinião pública!

Vossa Excelência tem o seu Governo, do PMDB, então, ou traga provas, ou o chamaremos de mentiroso, daqui desta tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência consulta à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

O ilustre deputado Edmar Luiz Costa, da região de Ponta Grossa, trouxe a esta Casa alguns esclarecimentos a respeito de aplicações do IPE que suscitaram notícias em alguns jornais do Paraná, entre os quais, o prestigioso diário "Jornal do Estado".

Agradeço as informações tão prontamente formuladas pelo porta-voz governista nesta Casa, neste episódio. Espero que, igualmente, a CPI assim proceda — ao invés de formular denúncia escandalosa da tribuna desta Casa, procurei fazer as afirmações, com base na notícia do jornal, frente à CPI denominada CPI da Corrupção.

Ao fazê-lo, senhor presidente e senhores deputados, fiz a ressalva de que, a CPI deveria se prestar não só para apurar eventuais irregularidades praticadas em quaisquer governos da

História político-administrativa do Paraná, mas, sobretudo, ao exercer a fiscalização, procurar corrigir eventuais erros, até sem dolo, praticados por homens da administração pública estadual.

Sem ter a pretensão de fazer, da denúncia, mais um fato escandaloso no Paraná — e como se tem feito escândalo, no Paraná, com denúncias sem comprovação — sugeri que a CPI constituísse uma Comissão Especial, para obter, do atual Superintendente do IPE, o ilustre médico Dr. José Ratton, as informações que pudessem esclarecer a aplicação divulgada.

A minha sugestão foi aceita pela CPI e em razão de um adendo à minha proposta formulada pelo eminente deputado Adhail Sprenger Passos foi constituída uma comissão, composta pelos senhores deputados Jorge Maia Filho, Sabino Campos, da região de Toledo e o Presidente da CPI, deputado Rubens Bueno.

Antes de pré-julgar, o que não é de meu feitio, procurei com tal atitude, contribuir para que a administração do IPE esclarecesse aos milhares de funcionários públicos, a razão da retirada de quatrocentos milhões de cruzeiros do banco oficial do Estado do Paraná, para aplicação em outro estabelecimento de crédito, e à época da denúncia, não se sabia que a aplicação havia sido feita no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Pois bem, senhor presidente, senhores deputados, o eminente deputado Edmar Luiz Costa traz os esclarecimentos, e ao fazê-lo, afirma que a retirada de recursos do IPE não foi apenas quatrocentos milhões de cruzeiros, mas de oitocentos milhões de cruzeiros. Multiplicou-se por dois, aqui no Plenário da Assembléia Legislativa, a retirada de recursos que estavam gerando emprego, progresso, financiamento à casa própria e receita para o Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Foram retirados do estabelecimento bancário do Estado do Paraná, oitocentos milhões de cruzeiros. Quatrocentos foram para o BADEP, para aplicação em Certificado de Depósitos a prazo fixo, ou trezentos, senhor presidente, segundo esclareceu o eminente deputado Edmar Luiz Costa, para aplicação num papel vendido ao público, e estes recursos, segundo ainda o nobre Deputado, serão aplicados em empresas paranaenses, preferencialmente nas pequenas e médias empresas.

Espero que o companheiro de partido do doutor José Ratton, ex-pepista como ele, doutor João Elísio Ferraz de Campos, faça realmente as aplicações conforme quer o deputado Edmar Luiz Costa. Espero que as aplicações não sejam feitas em empresas falidas, como a que foi objeto de financiamento, uma empresa de Londrina, chamada Fertiplan, avalizada esta operação pelo doutor Francisco Simeão Rodrigues Neto e que em outubro de 1981 devia ao BADEP a quantia de 99 milhões de cruzeiros e que pelo fato de não honrado o compromisso com aquele estabelecimento de crédito, foi objeto de execução criminal, de execução judicial aquela dívida, que hoje deve estar acima de 300 milhões de cruzeiros.

Espero que também estes recursos do humilde, do pequeno funcionário público, não sirva para financiamentos tão indesejáveis como o BADEP já efetuou ao longo da sua história, nem para companheiros do PDS, nem para adversários do PMDB.

Mas vamos analisar, senhor presidente, senhores deputados, qual é o papel que oferece mais garantia para pensionistas, serventes, professores, funcionários públicos? É a C.D.B. ou é a letra imobiliária?

A letra imobiliária, senhor presidente, tem dupla garantia: a garantia do governo do Estado e a garantia do governo federal.

E a C.D.B., senhor presidente, senhores deputados tem a garantia da empresa que avaliza e que se responsabiliza pelo financiamento.

Creio, com todo o respeito que tenho ao doutor José Ratton, que esta não é uma aplicação recomendável pelo Instituto de Previdência do Estado, no Banco de Desenvolvimento do

Estado do Paraná, sob esta modalidade. Esta é minha opinião pessoal, senhor presidente, senhores deputados e exerço o meu direito de deputado da Oposição para declarar alto e em bom som, que creio que a aplicação dos 300 ou dos 400 milhões de cruzeiros, no Banco do Estado do Paraná teriam uma rentabilidade social muito maior do que a aplicação em C.D.B. para empresas do Paraná.

Nisto, senhor presidente, senhores deputados, não ficou só, e esta é a mesma opinião de um companheiro de partido de Vossas Excelências, deputado Edmar Luiz Costa, Léo de Almeida Neves, que declarou que saía do Banco do Estado com uma mágoa, a mágoa de não conseguir fazer com que o dinheiro do povo do Paraná fosse depositado no Banco do Estado do Paraná.

Vossas Excelências são testemunhas de que o doutor Léo de Almeida Neves declarou que, se os recursos públicos fossem aplicados no Banco do Estado do Paraná, seria possível sanear a situação financeira daquele Banco oficial do Estado do Paraná.

Mas me permitam Vossas Excelências responder ainda alguns aspectos a mais, do ilustrado pronunciamento do ilustre deputado Edmar Luiz Costa. Os outros quatrocentos milhões de cruzeiros que estavam gerando casa, emprego e juros para os funcionários públicos do Estado, na reserva de contingência que o IPE deve ter para fazer frente às aposentadorias dos funcionários públicos, foram usados no quê? Cento e setenta e dois para os pagamentos atrasados que aquele Instituto tinha com o INPS.

Poucos são os órgãos oficiais desta Nação, senhor presidente, senhores deputados, que não devem ao Instituto Nacional de Previdência Social.

As declarações de ministros, de governadores e, especialmente de prefeitos dos dois partidos, do PMDB e do PDS, demonstram que, lamentavelmente, os administradores públicos pagam rigorosamente em dia as contribuições previdenciárias.

Pois bem. Ao invés de pagar a dívida em sessenta meses ao IPE, a administração atual daquele Instituto, preferiu tirar o dinheiro do funcionário público que estava gerando juros para pagar as parcelas atrasadas, segundo informa o deputado Edmar Luiz Costa...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ...junto ao Instituto Nacional de Previdência Social...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas e os outros? Na continuidade, se Vossa Excelência ...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Porque Vossa Excelência está torcendo os fatos...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Depois que Vossa Excelência me permitir concluir...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência está torcendo os fatos, jogando-os...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência já os torceu à sociedade...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência, sim.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E os outros, senhor presidente, duzentos e vinte e oito milhões de cruzeiros, foi feito o quê, senhor presidente? Foi para o pagamento de indenizações de funcionários públicos. Isto significa o quê? Que o governo do Estado está tirando o dinheiro da poupança do funcionário público, para indenizar e colocar na rua médicos que tinham mais de dez, quinze ou quatorze anos...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Ilegalmente permanecendo lá...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — São centenas, uma centena de médicos...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito aos senhores deputados, que, ao apartarem o orador, o façam na

forma regimental.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... os mais ilustres médicos do Paraná que trabalhavam para o IPE no sistema do credenciamento adotado pelo governo federal, pelo INPS, isto é, o IPE pagava a contra-consulta que o médico oferecia ao funcionário público.

Pois bem, a atual administração do IPE retira o dinheiro do funcionário público para quê? Para colocar na rua mais de setenta médicos do Estado do Paraná. E pasme, senhores deputados, com a outra solução da brilhante administração pública do IPE, ao mesmo tempo, em que dispensa funcionários públicos e tem que usar duzentos e vinte e oito milhões de cruzeiros para indenizá-los...

O Sr. Edmar Luiz Costa — Pela incompetência da administração anterior.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... ele, ao mesmo tempo, passa a contratar seus apaniguados políticos, senhor presidente, senhores deputados.

Não é que os médicos fossem dispensáveis, não. Era preciso retirar aqueles médicos que estavam prestando relevantes serviços ao IPE durante dez, quinze anos, para contratar os adventícios companheiros políticos do IPE...

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Luiz Alberto Oliveira, permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por isto, não posso, na conclusão, senhor presidente, eu concederei primeiro ao deputado Edmar Luiz Costa, depois ao deputado Roberto Requião e posteriormente a Vossa Excelência.

O Sr. Rubens Bueno — Mas pelo que vejo, Vossa Excelência não quer conceder o aparte, já são dezessete minutos...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vejam Vossas Excelências, a continuidade do fato em análise nos leva à prova pela palavra do deputado Edmar Luiz Costa, porta-voz do governo, não foram quatrocentos milhões, foram oitocentos milhões, trezentos para o C.D.B. e duzentos e vinte e oito para financiar a dispensa de médicos do Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Sua Excelência diz que esta é a prova da boa administração. Lamentavelmente não posso concordar, tenho do profissional José Ratton o maior respeito, acredito na sua honorabilidade pessoal, mas não posso concordar que Sua Excelência seja um grande administrador.

Para concluir o raciocínio, o deputado Edmar Luiz Costa apresenta os dados, que para ele são dados oficiais. A maior prova de que o IPE está sendo bem administrado, é o fato de que hoje tem como saldo disponível 3 bilhões e 200 milhões, em números redondos, à disposição do IPE. E que quando assumiu o cargo, em 14 de março deste ano, tinha um bilhão e 700 milhões de cruzeiros. O saldo disponível do governo do PDS não parece ser prova de boa administração, mas o saldo disponível da administração do PMDB é a prova mais contundente de boa administração no IPE.

Ora, senhores parlamentares, é fácil fazer uma conta. Inclusive para quem não é financista, como eu. Se os senhores compararem a rentabilidade de um bilhão, 700 e tanto que o senhor José Ratton e os seus ilustres diretores do IPE herdaram na aplicação destes recursos ao longo de seis meses, somente isto daria 850 milhões de cruzeiros. Não é que o senhor José Ratton tenha conseguido, como num passe de mágica, transformar um milhão e 700 que recebeu, em 3 bilhões e 200, saldo disponível hoje no IPE. É que este um bilhão e 700, soma-se a 850 milhões de juro, que rendeu o dinheiro que o governo anterior deixou para o senhor José Ratton, atual ilustre Superintendente do IPE.



Por isto, não me considero devidamente esclarecido pelo trabalho do porta-voz do governo nesta Assembléia Legislativa, deputado Edmar Luiz Costa, neste caso. E espero que ao presidente da CPI e aos demais membros, sejam dados os esclarecimentos complementares, necessários à elucidação do problema da aplicação de recursos públicos do IPE, em outros órgãos que não sejam o Banco do Estado.

Concedo o aparte ao deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Vossa Excelência está ouvindo mal e lendo pior. Não se falou, no meu pronunciamento. Não há uma linha sequer, falando em 800 milhões de cruzeiros. Mas sim na aplicação de 300 milhões e mais uma retirada de 400. A soma aritmética é fácil, 700 milhões. Mas quando se quer torcer os fatos, a gente esquece até da aritmética mais simples e primária possível; segundo, não falei que hoje o disponível no IPE era a importância afirmada por Vossa Excelência; aquele disponível era no dia 12 deste mês e hoje estamos no dia 29; alterações ocorreram; terceiro, para informação de Vossa Excelência, mas voltarei ao assunto na sessão de quarta-feira, no dia 18 deste mês, com novas sobras havidas na contabilidade do IPE, novamente foi feita a aplicação no Banestado Crédito Imobiliário, no montante de 200 milhões de cruzeiros. Portanto, como Vossa Excelência vê, todas as aplicações são feitas em organismos oficiais.

Vossa Excelência parece que quer fazer uma distinção entre Banestado e Badep e eu gostaria de saber qual das duas é mais ou menos paranaense. Ao que eu saiba, ambas pertencem ao povo do Estado do Paraná. Quem sabe o Badep mais ainda, porque foi criado em função de uma lei, em contribuições criadas obrigatoriamente para o povo do Paraná.

Mais um detalhe, Vossa Excelência fala que está agindo assim, procurando corrigir erros praticados até sem dono. Aceitamos a colaboração de Vossa Excelência quando vem a esta Casa e apresenta fatos concretos. Tenha Vossa Excelência a mais absoluta certeza de que o nosso partido, o nosso governo e a nossa bancada, permanentemente estarão aqui para trazer esclarecimentos a Vossa Excelência.

Vossa Excelência quer mais esclarecimentos, porque acredita que ainda não há boa administração no IPE e começa por dizer, que a administração atual tirou dinheiro do funcionário público, que maldade ou que primacidade para ser maldoso, afirmar que o doutor Ratton e a sua administração estão tirando dinheiro do bolso do funcionário público.

O dinheiro do funcionário público, está sendo corretamente aplicado, tanto é que Vossa Excelência esqueceu a aplicação feita no Badep, deu maior rendimento ainda aos cofres do IPE e continuará dando.

Fala Vossa Excelência que no campo social, melhor seria aplicar no Banestado e não no Badep, mais ainda, porque a administração do PDS aplicou no Badep no governo passado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, o deputado Edmar Luiz Costa falou muito em detalhe no seu aparte, como realmente o seu aparte não passa de um detalhe eu não vou respondê-lo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/82, de autoria do deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a sede do município de Mallet à Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul, passando por Faxinal, Palmital e Pontilhão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/82, de autoria do deputado EGON PUDELL, que altera o número de vereadores à Câmara Municipal de Toledo, a vigorar a partir da Legislatura a iniciar-se em 1.989. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado o substitutivo geral.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/83, de autoria do deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "IGREJA EVANGÉLICA ALMAS PARA CRISTO RESTAURADA", com sede em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 72/83, de autoria do deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 85/83, de autoria da deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA — S.O.S.", com sede e foro no município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 95/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 70/83), que autoriza o Poder Executivo a permutar o lote nº 7, da quadra nº 18, de propriedade do Estado, pelo lote nº 1 e parte do lote nº 2, da quadra nº 21, de propriedade do senhor Frederico Gracite, ambos situados na cidade de Iguaraçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 83/83), que doa à Ema-ter-Pr-Acarpa, lote de terreno sob nº 4, da quadra 115, da cidade de Imbituva, de propriedade do Estado do Paraná, com características que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 34/83, de autoria do deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que dá nova redação ao art. 51, da Lei Complementar nº 2, de 18/06/73. (Trata da remuneração de vereadores e da instituição de verba de representação para presidência da Câmara Municipal). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 44/83, de autoria do deputado MÁRIO PEREIRA, que veda qualquer desconto em folhas de pagamento de servidores públicos do Estado, sem prévia comprovação e anotação pelo órgão pagador, dos números de registro do C.G.C. ou C.P.F. do favorecido e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— Aprovado.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica vedado qualquer desconto em folhas de pagamento de servidores públicos ou assalariados das autarquias e empresas públicas do Estado do Paraná, sem a prévia comprovação e devida anotação, pelo órgão pagador, do número de registro do Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.) ou Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) do favorecido.

Parágrafo único — As partes interessadas na implantação de descontos em folhas de pagamento deverão providenciar a regularização de situações que não preencherem os requisitos deste artigo, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 2º — Todos os comprovantes fornecidos para fins de imposto de renda deverão fazer constar, além dos nomes dos favorecidos, também o número de seus cadastros junto ao Ministério da Fazenda, de conformidade com os preceitos do artigo anterior.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

**JUSTIFICATIVA:**

Cada vez tornam-se maiores as exigências para o preenchimento das declarações para fins de pagamento de imposto de renda.

É comum que se glose os descontos procedidos em folhas de pagamentos sem que se identifique, no formulário, o C.G.C. ou C.P.F. do favorecido.

Tornando-se obrigatória a anotação do número do registro do cadastro do favorecido, bem como o seu fornecimento junto com os comprovantes para fins de imposto de renda, o contribuinte ficará livre das penosas pesquisas a que tem de submeter-se por ocasião do preenchimento de sua declaração de rendas.

A medida é prática e deveria ser adotada também na esfera federal, abrangendo todos os assalariados e servidores públicos.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/83**

Através do presente plano de lei, o eminente deputado Mário Pereira, regulamenta os descontos em folhas de pagamento de servidores públicos ou assalariados de autarquias e empresas públicas, vedando a sua implantação sem prévia e devida anotação, pelo órgão pagador, do número de registro do Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) do favorecido.

A medida, que visa facilitar aos funcionários contribuintes o preenchimento de suas declarações de Imposto de Renda, é, sem dúvida, bastante oportuna, fazendo jus ao nosso irrestrito apoio.

Nestas condições, somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Ezequias Losso - Relator.

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS****PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/83**

Intenciona, o nobre autor da matéria sob exame, vedar qualquer desconto em folha de pagamento de servidores públicos e assemelhados, sem prévia comprovação e anotação do C.G.C. ou C.P.F., do favorecido.

Prevê, ainda, outras medidas decorrentes e complementares, todas elas visando disciplinar os descontos inseridos em folhas de pagamentos.

Em sua exposição, à guisa de justificativa, tece considerações sobre a dificuldade que encontra o funcionário que sofreu descontos na fonte pagadora, na apresentação junto à receita

federal, da relação de rendimentos pagos ou creditados pela ausência do número dos cadastros dos beneficiados.

Quer me parecer que a iniciativa poderia sofrer complementação, em razão do disposto no artigo 162 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, abrangendo a vedação de todos os descontos em folha que não tivessem origem em determinação legal.

No entanto, essa medida poderá ser efetivada em oportunidade outra, para não descaracterizar, embora em complemento, a intenção clara do legislador.

Assim, examinados os propósitos da louvável medida, resta-nos apoiá-la, manifestando nosso entendimento de maneira favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente;

NELSON VASCONCELLOS - Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 60/83, de autoria do deputado AUGUSTO CARNEIRO, que denomina "RODOVIA VASSÍLIO BOIKO", a estrada que partindo da BR-487, liga Iretama a BR-369, no trecho que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. 54).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 60/83**

Propõe o ilustre deputado AUGUSTO CARNEIRO, através do presente plano de lei, a denominação de "RODOVIA VASSÍLIO BOIKO", a estrada que liga Iretama à BR-369.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional e formal a matéria se apresenta segundo as recomendações da lei que regula a mesma.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Caíto Quintana - Relator.

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E****COMUNICAÇÕES****PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 60/83**

De autoria do nobre deputado Augusto Carneiro, o presente projeto de lei tem por finalidade denominar "Rodovia Vassílio Boiko" a estrada que especifica ligando Iretama à BR-369.

Sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o mérito da proposição, temos que, nos termos da justificativa apresentada pelo autor é das mais meritórias a homenagem que se pretende prestar a um pioneiro dos transportes da região centro oeste paranaense, perpetuando-se assim o reconhecimento de um desbravador do desenvolvimento estadual.

Assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1983.

(aa) Mário Pereira - Presidente; Ferrari Júnior, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/83, de autoria do deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. 75).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 90/83**

De autoria do nobre deputado Sabino Campos, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO", com sede no município de Toledo.

Analisando a documentação que acompanha a presente proposição, como também a justificativa apresentada por seu autor, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação que regula a matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Artagão Mattos Leão - Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 99/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA CURITIBA DO GRANDE ORIENTE DO PARANÁ", com sede nesta Capital.— Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. 75).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 99/83**

De autoria do ilustre deputado Gernote Kirinus, o presente projeto de lei nº 99/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA DO GRANDE ORIENTE DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 33/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado, à "FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PIONEIRO DE JACAREZINHO", conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.— Aprovado. (Publicado no D.A. 32)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 33/83**

Da lavra do nobre deputado HERMAS BRANDÃO, o presente plano de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PIONEIRO, de Jacarezinho.

Colhem-se dos termos da justificativa a conveniência e oportunidade da medida, atendidos os altos interesses da administração.

Nestas condições, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar - Presidente;

Tadeu Lúcio Machado - Relator.

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 33/83**

De autoria do nobre deputado HERMAS BRANDÃO, o projeto de lei em tela, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL NORTE PIONEIRO, de Jacarezinho.

Perfeitamente justificado pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, estamos de perfeito acordo com a mesma.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação do mesmo.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1983.

(aa) Caíto Quintana - Presidente;

Eduardo Baggio - Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 53/83, (Mensagem nº 57/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos de 29/12/82, aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 1º/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1982.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 55/83 (Mensagem nº 53/83 e ex-Proposição nº 55/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termos aditivos a termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 28/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1982.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/83, (Mensagem nº 60/83 e ex-Proposição nº 65/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira nºs 25 a 46/83, celebrados em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos senhores deputados Anibal Khury e Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Agílio de Leão Macedo, ocorrido no dia 28 de agosto do corrente ano, nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo. A Presidência quer se associar às manifestações de pesar, dos senhores deputados subscritos, em nome do Poder Legislativo, e aproveita a oportunidade para designar os dois senhores deputados subscritos para que representem esta Casa, nas homenagens fúnebres do doutor Agílio de Leão Macedo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Emílio Henrique Gomes, ocorrido no dia 29 de agosto do corrente ano, no município de Céu Azul.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Osvaldo Sampaio, secretário do Diretório Municipal do PMDB do município de Tomazina, ocorrido no dia 28 de agosto do corrente ano.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Zyres Natal Reginato Fernandes, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano, nesta Capital.—

**Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhorita Anne Lysle Bortoletto, do município da Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 41º aniversário da Legião Brasileira de Assistência - LBA.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, de documentos firmados pela Ordem dos Advogados do Brasil, em Congresso Nacional realizado em São Paulo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor diretor presidente da Emopar, encarecendo estudos visando diagnosticar as atuais condições do prédio do Colégio Carlos Gomes - Ensino de primeiro e segundo grau, no município de Ubatã, a fim de proceder reformas nas referidas instalações.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora diretora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo estudos para liberação de verba ao Colégio Estadual Carlos Gomes - ensino de primeiro e segundo grau, no município de Ubatã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao senhor presidente do Banco do Brasil S.A., para que o mesmo determine a transferência da influência econômica financeira do município de Altamira do Paraná, da agência de Pitanga, para a agência do município de Ubatã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma estrada asfaltada entre os municípios de União da Vitória, Porto Vitória e Cruz Machado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, apelando no sentido de que determine aos órgãos competentes do Poder Executivo, estudos para construção de uma nova ponte de acesso à sede do município de União da Vitória.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado, e secretário dos Transportes, apelando no sentido de que se agilize a construção asfáltica que liga os municípios de Paula Frontin e Rebouças.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Copel, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo estudos sobre a causa determinante das enchentes que assolaram o município de Porto Vitória.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor governador do Estado, encarecendo respostas de que, no período compreendido entre março a julho do corrente ano, de qual o saldo médio de cada empresa da administração direta e de cada Secretaria de Estado em bancos particulares.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liquidação da sociedade mercantil denominada Banco Del Paraná, que funciona no Paraguai, como subsidiária do Banco do Estado do Paraná S.A., no prazo de 90 dias.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, encarecendo esforços no sentido de ser reformada a Escola de primeiro e segundo grau, do município de Fênix.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. Esta presidência quer levar ao conhecimento mais uma vez dos senhores deputados, que amanhã esta Assembléia fará realizar o seu terceiro Fórum de Debates, que tratará do problema de eletrificação rural em nosso Estado, com início às 9:00 horas da manhã no plenarinho deste Poder.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 34/83.
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 33, 44, 60, 90 e 99/83.
- e dos Projetos de Resolução nºs 53, 55 e 67/83.

- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 56, 57, 68, 69, 70, 71, 72 e 73/83.

Levanta-se a sessão.